

O TRANSCURSO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CENÁRIO NACIONAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Alessandra de Sousa Coelho (IFPI) – capau.2021120badm0302@aluno.ifpi.edu.br

Felipe Teles de Sousa (IFPI) – capau.2021120badm0310@aluno.ifpi.edu.br

Ismael da Silva Carvalho (IFPI) – capau.2021120badm0108@aluno.ifpi.edu.br

Letícia Macedo de Sousa (IFPI) – capau.2021120badm0221@aluno.ifpi.edu.br

Suely Luiza de Sousa (IFPI) – capau.2021120badm0159@aluno.ifpi.edu.br

Vinícius Dias de Carvalho (IFPI) – vinicius.dias@ifpi.edu.br

Resumo: O presente trabalho traz uma análise bibliométrica da produção acadêmica nacional acerca da curricularização da extensão e uma pesquisa documental que trata da disciplina Projeto Integrador no curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal do Piauí Campus Paulistana: da concepção legal à disciplina projeto integrador. Buscou-se compreender as orientações trazidas pelos documentos legais do curso de Bacharelado em Administração do IFPI Campus Paulistana, assim como ter um panorama global do que é produzido de ciência acerca do tema curricularização da extensão.

Palavras-chave: Curricularização da extensão; Projeto integrador; Pesquisa bibliométrica.

Abstract: The present work brings an analysis regarding the curricularization of extension from the perspective of professors in the Bachelor of Business Administration course at the Federal Institute of Piauí Campus Paulistana: from the legal conception to the integrative project discipline. We sought to understand the guidelines brought by the legal documents oriented with what is practiced in the Bachelor of Business Administration course at IFPI Campus Paulistana.

Keywords: Curricularization of extension; Integrative project; Bibliometric research.

1 Introdução

O desenvolvimento de atividades de extensão do ensino superior no Brasil ocorre desde 1911. A extensão, segundo Neto (2002), teve início a partir de 1938, momento da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), influenciado pelo movimento de Córdoba (Argentina), ocorrido em 1918, que atribuiu à extensão o fortalecimento da função social da universidade, uma projeção da cultura universitária ao povo e uma preocupação pelos problemas nacionais.

De acordo com Oliveira (2020), a UNE acatou as ideias políticas do movimento estudantil argentino para a elaboração de uma Reforma Educacional, as universidades precisavam assumir suas funções sociais na visão dos estudantes. As rotas efetivas, para este feito, ocorreram por meio de cursos de extensão e divulgação de conhecimentos científicos e

culturais. Neto (2002) afirma que, a universidade passou a ser “doadora” de conhecimento e, neste viés, tenciona firmar a absorção de conhecimento pelo povo.

A reforma universitária foi tratada pela lei nº. 5.540/68 instituída em 1968. A partir disso a extensão passou a ser exigida e caracterizada por meio de cursos e serviços prestados à comunidade. No entanto, não havia ainda sido considerada como sendo o terceiro pilar da universidade (Almeida, Araújo, & Guerreiro, 2012).

No ano de 1987, foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), no qual tem como objetivo principal articular atividades voltadas para o fortalecimento da definição de políticas acadêmicas de extensão e estabelecer diretrizes para as práticas extensionistas no Brasil (Oliveira, 2020).

A extensão só passou a ser reconhecida de forma expressa por meio da indissociabilidade da tríade (pesquisa, ensino e extensão) com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 207. Com isso, trouxe para as universidades a necessidade de atribuir as atividades acadêmicas sob novas formas, sendo publicado em 2012 o documento: Política Nacional de Extensão, com conceito e diretrizes (FORPROEX, 2012).

O percurso da extensão historicamente como compromisso social da universidade foi estruturado cheio de rupturas, lutas de docentes e sociedade civil organizada, que desejavam ensino superior superando desagregação do trabalho do docente de ensinar, pesquisar e praticar extensão (Oliveira, 2020).

Surgiu, pois, a necessidade de curricularizar atividades de extensão, produzi-las em larga escala, de forma obrigatória, sistemática e, ao longo da formação acadêmica, por meio dos Planos Nacionais de Educação (PNE) 2001-2010 e 2014-2024. A partir deles, as IES iniciam as discussões acerca da inclusão formal das atividades extensionistas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (Oliveira, 2020).

Este projeto é guiado pela busca ao saber na perspectiva da ciência, conforme o olhar de Cunha Junior (2020), apresentando a necessidade de desenvolver estratégias para mudar a visão simplista nas escolas e torná-la mais eficaz e útil para os alunos, buscando novos conhecimentos, pensando em possibilidades de ações para o presente e o futuro.

A vivência com a disciplina Projeto Integrador durante o curso de graduação em Administração nos gerou a seguinte inquietação: Como a curricularização da extensão é tratada

pela comunidade acadêmica, considerando-se as produções científicas publicadas em cenário nacional?

Partindo da inquietação trazida pela questão problema, tem-se como hipótese: Espera-se não encontrar um grande número de publicações acerca do tema curricularização, por se tratar de uma política educacional recente.

2 Objetivos

2.1. Objetivo geral

Analisar o que a produção científica nacional versa acerca da curricularização da extensão, por meio de uma pesquisa bibliométrica.

2.1. Objetivos específicos

- Elaborar um protocolo de pesquisa com critérios de inclusão e exclusão;
- Selecionar bases de dados confiáveis;
- Processar os dados levantados por meio dos softwares VOSviewer e Excel;
- Descrever as análises realizadas.

3 Justificativa

O curso de administração tem, na contemplação de sua grade curricular, oito projetos integradores. Existe uma demanda da comunidade acadêmica principalmente no corpo discente e docente a respeito do entendimento acerca do Projeto Integrador. De acordo com Steigleder e Zucchetti (2021), o artigo de pesquisa pode ajudar na implementação da integração da extensão na comunidade acadêmica, levando reflexões em vários aspectos, sobre as práticas da implementação da curricularização no meio acadêmico.

Movidos pela necessidade de entender o real objetivo do Projeto Integrador e as consequências para a formação do Bacharel em Administração, resolveu-se fazer uma investigação bibliométrica acerca da produção científica nacional que versa sobre a curricularização da extensão.

A compreensão conceitual de curricularização da extensão se mostrou necessária, haja visto que se faz salutar compreender as bases epistemológicas de um objeto de estudo para, a partir daí, propor abordagens, inferências e propostas intervencionistas. O movimento desta análise científica possibilitará a realização de um momento de intervenção dos pesquisadores

com a comunidade acadêmica do curso de Bacharelado em Administração, e de demais interessados.

A pesquisa científica compõe parte do desenvolvimento do projeto integrador. Motivados pelos objetivos da disciplina, essa equipe de pesquisadores desenvolveu um estudo acerca do conhecimento da curricularização da extensão, através do (Projeto Integrador), haja visto que estamos em um curso de Bacharelado em Administração e existe uma preocupação por parte dos pesquisadores acerca da qualidade de ensino ofertada dentro da comunidade local.

O objetivo dessa ação de intervenção é mitigar possíveis desentendimentos acerca da curricularização da extensão, propiciar um momento de formação à comunidade acadêmica e contribuir para a melhoria da qualidade do curso. Espera-se ainda que os resultados encontrados neste estudo sirvam de base para pesquisas futuras relacionadas ao tema abordado.

4 Referencial teórico

4.1. Curricularização da extensão

A Constituição Federal estabelece que o princípio de indissociabilidade, Tripé Universitário ou, ainda, Tríade Acadêmica surge para definir o papel das universidades brasileiras perante a sociedade, de forma a criar um pacto entre as Instituições de Ensino Superior (IES). No artigo 207, define-se: “As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Portando, o Tripé é constituído pelo ensino superior, pesquisa universitária e extensão universitária, é a conexão entre cada uma das colunas que rege a missão e dever das universidades no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), que regulamenta o sistema educacional público e privado, define, no Art. 43, a finalidade da educação superior em “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo” e segue considerando cada um dos pilares do Tripé Universitário, assim como sua indissociabilidade.

Segundo Silva e Cândido (2014), a extensão assume papel indispensável dentro das instituições, por ser o terceiro suporte no tripé, mas que foi a última a entrar nesse processo, que mais estreita o elo que deve existir das práticas acadêmicas com a comunidade que as circundam. Ela oportuniza a academia a fazer uma devolutiva à sociedade, seja por meio de melhores profissionais ou intervenções diretas em contribuições das demandas sociais.

O Plano Nacional de Educação (PNE) constitui um documento que define compromissos colaborativos entre os entes federativos e diversas instituições pelo avanço da educação brasileira. As questões públicas que o motivam podem conhecer nas desigualdades educacionais, na necessidade de ampliar o acesso à educação e à escolaridade média da população, na baixa qualidade do aprendizado e nos desafios relacionados à valorização dos profissionais da educação, à gestão democrática e ao financiamento da educação (BRASIL, 2014).

O PNE (2001-2010), constituído pela Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, teve seu eixo estruturado na implantação de políticas e programas que pretendiam melhorar a educação. Ele se concentrou em democratizar o ensino superior, fazendo com que se aproximasse do mercado de trabalho. A partir dele, foi dado início à formalização da extensão nos Currículos (ZANFERARI; ALMEIDA, 2017).

A Lei 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que instituiu o PNE (2014-2024), trouxe na meta 12, na estratégia 12.7, a integralização de, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para graduação em programas e projetos de extensão universitária, preconizando ações de forma exclusiva, para áreas de grande relevância social (BRASIL, 2014).

Vale ressaltar que o PNE, quanto à estratégia citada, o Conselho Nacional de Educação (CNE), vinculado ao Ministério da Educação, aprovou a Resolução nº. 7/2018, que reafirma a necessidade de integralização curricular. A resolução trouxe, ainda, de forma expressa: concepção, diretrizes, princípios, avaliação e registro da extensão universitária curricularizada e, considerando a autonomia administrativa das universidades, a normativa destacou que cada instituição de ensino superior é que deverá determinar sua forma de cumprir o determinado na estratégia 12.7 do PNE-2014, estipulando prazo de três anos a contar da homologação (Brasil, 2018).

4.2. O Projeto Integrador no Curso de Bacharelado em Administração do IFPI Campus Paulistana

O Projeto Integrador é um componente curricular obrigatório do 3º ao 8º módulo do curso. Faz-se salutar a análise de documentos institucionais do IFPI Campus Paulistana que versam acerca da curricularização da extensão dentro do Curso de Bacharelado em Administração. A proposta do Projeto Integrador o apresenta como indispensável na formação

acadêmica discente, resultando num trabalho interdisciplinar entre as disciplinas, sendo apresentado de forma oral ao final de cada semestre, além da aplicação na prática com a comunidade acadêmica interna e externa.

Baseando-se no PPC do curso Bacharelado em Administração (IFPI, 2019), e no Regulamento do Projeto Integrador (IFPI, 2020), o desenvolvimento das ações acerca da curricularização da extensão se dão por meio da estrutura: um banco de orientadores¹, um professor coordenador responsável pela disciplina Projeto Integrador no semestre, prática curricular em sociedade e comunidade, núcleo temático central e núcleo central interdisciplinar. O documento adiciona que:

O Projeto Integrador do curso de Bacharelado em Administração do IFPI Campus Paulistana terá como objetivo associar entre si as disciplinas cursadas no módulo, por meio da interdisciplinaridade. Terá o propósito, também, de interligar e conjugar os conhecimentos teóricos e práticos percorridos pelas disciplinas e a vivência prática-profissional dos docentes e discentes. Visando aproximação dos discentes com a comunidade, com a finalidade de interação entre a instituição de ensino e sociedade, de forma que possa enfrentar os problemas que surgem na realidade, ao final do nono período terá uma carga-horária de 300 horas, que serão ligadas todas as disciplinas do curso Bacharelado em Administração (IFPI, 2019, p. 31).

Por fim o Projeto Integrador faz parte da grade curricular do curso de administração como uma disciplina, fazendo-se necessária a avaliação em cada módulo para a conclusão do curso, sendo entendida como uma atividade relevante para a formação profissional acadêmica.

Segundo o PCC Bacharelado em Administração (IFPI, 2019), os projetos desenvolvidos no decorrer do curso ajudam e auxiliam os discentes na resolução de problemas que possam surgir no dia a dia na tomada de decisões relacionadas à área da administração, desenvolvendo habilidades de trabalho em equipe, percepção de interdisciplinaridade, produção de conhecimento científico, vivenciando a prática dos conteúdos trabalhados em sala de aula, desenvolvimento de raciocínio analítico além do hábito de leitura. Extremamente indispensável para a administração e desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos de produção científica.

6 Metodologia

Após a constatação que a curricularização da extensão é presente nos documentos legais da educação brasileira, por meio do referencial teórico apresentado, assim como pela análise do PPC do Curso de Bacharelado em Administração do IFPI Campus Paulistana, julgou-se

¹ Relação de docentes lotados no eixo para orientação dos trabalhos que de acordo com a carga-horária disponível e as áreas temáticas de acordo com a afinidade, conforme Regulamento do Projeto Integrador – Comissão Local Paulistana (IFPI, 2020).

relevante analisar como a comunidade acadêmica tem tratado esse tema, com base em publicações científicas.

Segundo Soares et al. (2016), a bibliometria possibilita a observação do estado da ciência e tecnologia por meio de toda a produção científica registrada em um repositório de dados. O objetivo deste estudo foi analisar o perfil, as áreas de estudo e qualidade das produções acadêmicas que versam sobre curricularização da extensão, no período entre 2018 e 2023. Para tanto, resolveu-se adotar a bibliometria, por se tratar de um método “para quantificar, analisar e avaliar a produção acadêmica científica de temas” (RAMOS-RODRÍGUEZ; RUÍZ-NAVARRO, 2004). Optou-se pela análise bibliométrica de Cardoso et al. (2005).

Iniciando-se o protocolo de pesquisa, foram selecionadas as bases de dados SciELO e Periódico CAPES, ambas escolhidas em razão de sua credibilidade, qualidade e rigor técnico e facilidade de acesso a documentos. A pesquisa foi orientada por meio do descritor “curricularização da extensão”. Utilizou-se a busca ampla, considerando a aparição dos descritores tanto no título quando no corpo de texto, visando uma maior amplitude no retorno. A busca foi orientada pelos seguintes critérios de inclusão e exclusão (**Tabela 1**):

Tabela 1 – Critérios de inclusão e exclusão

Critérios de inclusão
Artigos originais, dissertações e teses;
Estudos publicados entre os anos de 2018 e 2023;
Apresentar as palavras descritoras nos títulos e/ou corpo de texto;
Estudos publicados em português brasileiro, inglês e espanhol.
Critérios de exclusão
Estudos publicados antes do período selecionado;
Resumos simples e expandidos publicados em anais, relatórios, conjunto de dados;
Duplicatas.

Fonte: Os autores, 2024.

6 Resultados e discussão

A busca nas bases de dados ocorreu entres os dias 08 e 12 de maio de 2023. Os primeiros dados, sem tratamento, podem ser observados na **Tabela 2**, a qual nos traz o número total de documentos em cada base.

Tabela 2 – Quantidade de documentos por base de dados

SciELO	
Tipo de documento: Artigo	Quantidade: 03
Total: 03	
Periódicos CAPES	
Tipo de documento: Artigo	Quantidade: 96
Tipo de documento: Relatório	Quantidade: 08
Tipo de documento: Conjunto de dados	Quantidade: 02
Duplicatas	Quantidade: 35
Total: 106	

Fonte: Os autores, 2024.

Adotando-se os critérios de inclusão e exclusão, foram considerados para esta pesquisa: 3 documentos da base SciELO; 96 documentos da base Periódicos CAPES. Totalizando 99 documentos, com 35 duplicatas. Decidiu-se analisar os documentos das duas bases em conjunto, a fim de gerar apenas um bloco de dados para análise.

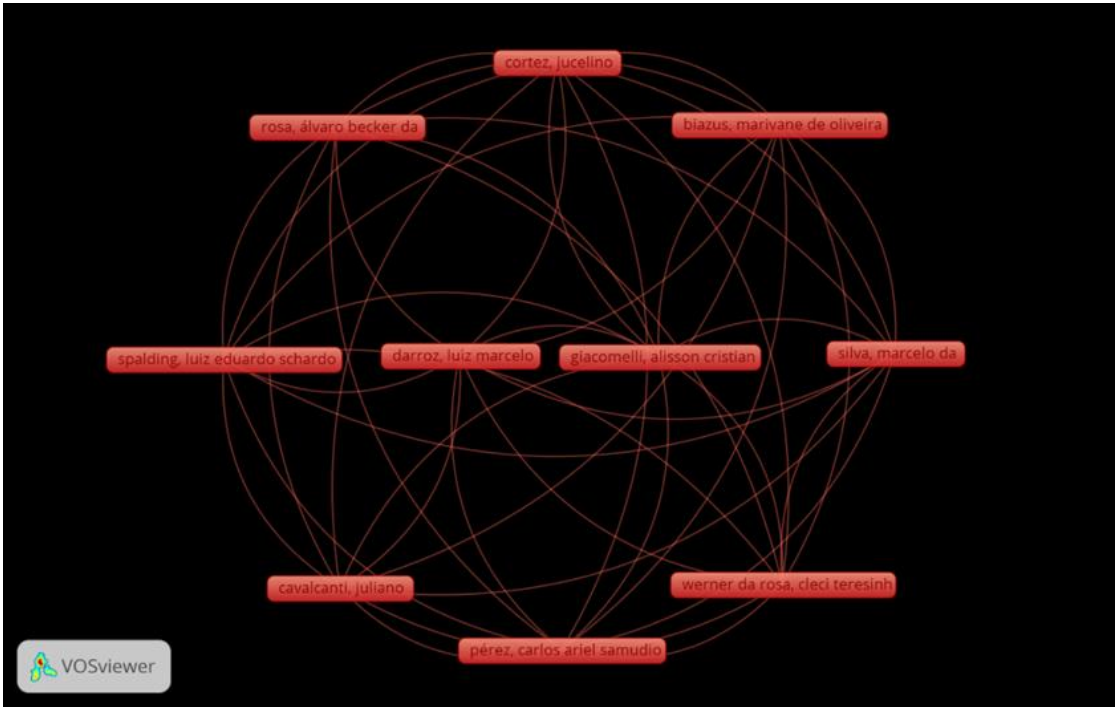
A primeira análise foi realizada com auxílio do software VOSviewer. Pesquisou-se o quantitativo de autores envolvidos nas produções selecionadas. Foram identificados 286 autores, conforme o **Quadro 1**. A **Figura 1** traz a representação de uma rede com 45 conexões que ligam 10 autores. Essa é a maior rede de conexão entre os documentos e autores pesquisados.

Quadro 1 – Quantidade de autores

Autores com maior número de publicações	
deise, ferreira	6
esteves, priscila silva	4
giseli paim, costa	4
zanon, denise puglia	3
Autores com 2 publicações	26
Autores com 1 publicação	256
Total de autores	286

Fonte: Os autores, 2024.

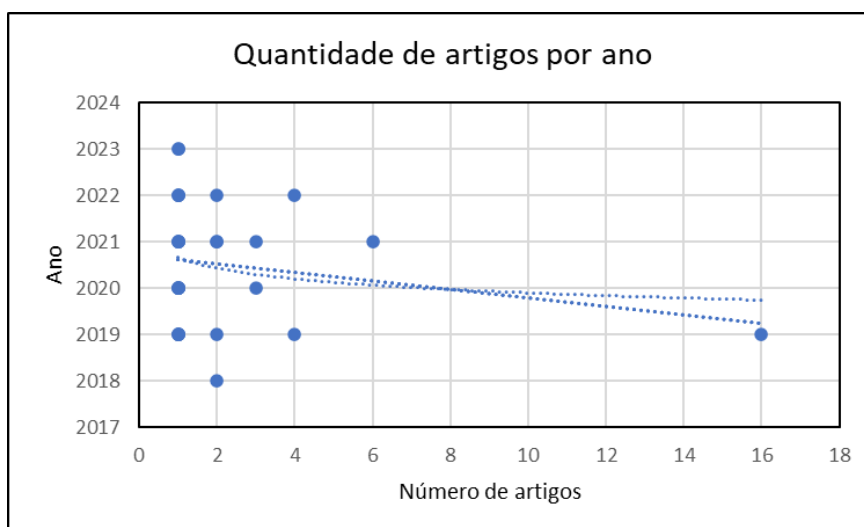
Figura 1 – Rede com 45 conexões entre 10 autores



Fonte: Os autores, software VOSviewer, 2024.

A segunda análise dos dados foi realizada com o auxílio do software Excel. Tabulou-se os dados referentes a quantidade de artigos por ano de publicação, visto na **Figura 2**. Foram tabulados 64 documentos, todos do tipo artigo. O maior número de publicações se concentra entre os anos de 2019 e 2021. O ano com maior quantidade de publicações foi 2019, com 23 artigos. O de menor foi 2018, com apenas 01 artigo publicado.

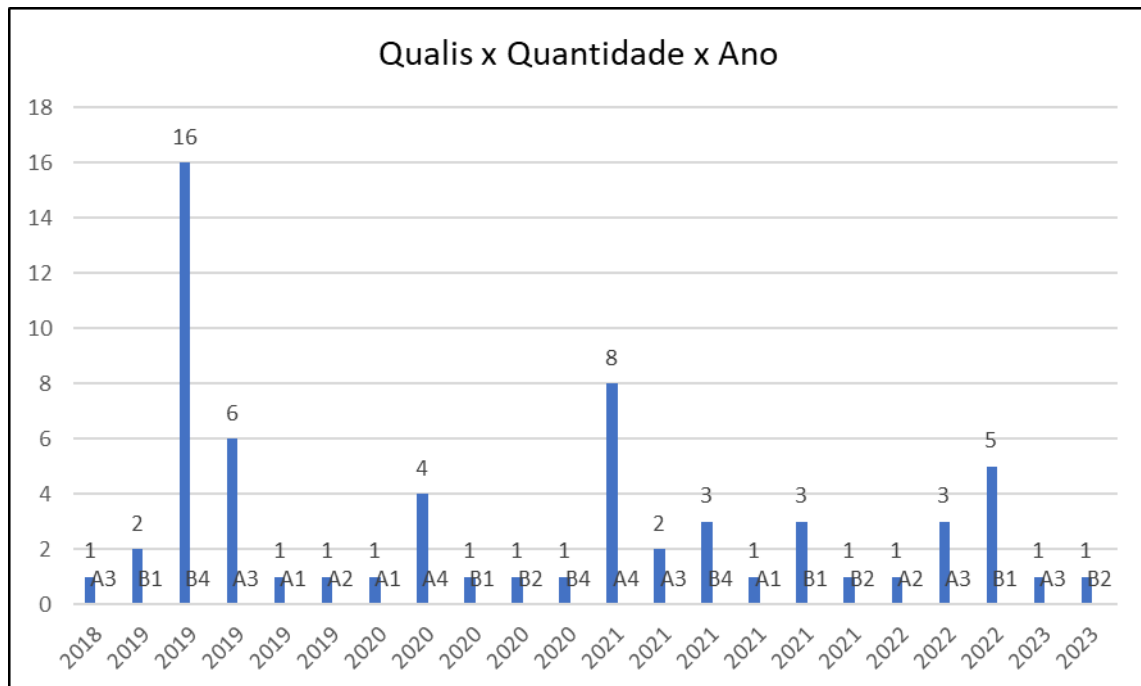
Figura 2 – Quantidade de artigos por ano



Fonte: Os autores, software VOSviewer, 2024.

Na análise trazida na **Figura 3**, pode-se observar a proporção e nível (Qualis) das produções dentro do intervalo de tempo. Artigos com Qualis A1 ocorrem nos anos de 2019, 2020 e 2021, todos com 1 artigo cada. Os artigos com menor Qualis, B4, ocorrem em 2019 com 16, 2020 com 1 e 2021 com 3. Esses mesmos anos concentram a maior variedade de artigos quanto aos seus Qualis. Os anos extremos, 2018 e 2023, trazem as menores concentrações de estudos, com 1 e 2 artigos, respectivamente. Provavelmente o baixo número de publicações de 2018 seja reflexo da recém implementação da política educacional. Quanto ao ano de 2023, mesmo transcorridos 5 meses do ano, o número de publicações se resume a 2, que demonstra, minimamente, um desinteresse da comunidade acadêmica em pesquisar o tema.

Figura 3 – Proporção Qualis x Quantidade x Ano



Fonte: Os autores, software VOSviewer, 2024.

6 Considerações finais

Este estudo buscou tratar dados acerca da produção literária do tema curricularização da extensão por meio de uma análise bibliométrica. Os dados encontrados e tratados retornaram um total de 64 artigos publicados entre 2018 e 2023, que geram uma média entre 12 e 13 artigos por ano, o que, se pensado na quantidade de Universidades Federais, Estaduais e Institutos Federais que são obrigados a adotar a curricularização da extensão em seus currículos, assim como da quantidade de programas de graduação e pós-graduação em educação e correlatos, temos um número médio de publicações bastante tímido.

Os dados encontrados são capazes de produzir outras análises, como: (1) A proporção Revista x Quantidade x Ano; (2) áreas de conhecimento; (3) categorização dos estudos quanto à aplicabilidade da curricularização da extensão; (4) correlação de autoria e coautoria etc. Isso projeta a gama de possibilidades capazes de serem trabalhadas com base na proposta deste estudo, as quais podem vir a serem consideradas por pesquisas futuras.

Dentro do campo das limitações, o curto espaço de um projeto se demonstra antônimo às diversas análises que podem ser realizadas. No entanto, espera-se que este estudo seja capaz de fomentar a comunidade acadêmica com seus dados e suas possibilidades de aplicação.

Quanto à intervenção, propunha-se um momento formativo com a turma do 3º módulo do Curso Técnico Subsequente em Administração. Essa turma cursa a disciplina Projeto Integrador de maneira introdutória. Acredita-se que o referencial teórico levantado e dados analisados neste estudo podem ser relevantes ao aprendizado dos alunos desse curso.

REFERÊNCIAS

Alves-Mazzotti, A. J.; Gewandsznajder, F. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, 36 (129), 637-651.

BRASIL. (2014). **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 10 de abril de 2023

BRASIL. (2018). **Resolução nº. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº. 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e das outras providências. Disponível: <http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808>. Acesso em: 10 de abril de 2023

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília.

CARDOSO, R. L.; MENDONÇA NETO, O. R. de; RICCIO, E. L.; SAKATA, M. C. G. Pesquisa científica em contabilidade entre 1990 e 2003. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, p. 34-45, 2005.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2007).

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. (2012).

RAMOS-RODRÍGUEZ, A. R.; RUÍZ-NAVARRO, J. Changes in the intellectual structure of strategic management research: a bibliometric study of the strategic management journal, 1980-2000. **Strategic Management Journal**, v. 25, p. 981-1004, 2004.

SILVA, L. D. DA; CÂNDIDO, J. G. Extensão Universitária: conceitos, propostas e provocações. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

SOARES, P. B.; CARNEIRO, T. C. J.; Calmon, J. L.; CASTRO, L. O. da C. de O. Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados Web of Science. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 175-185, jan./mar. 2016. ISSN 1678-8621 Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212016000100067>

STEIGLEDER; ZUCCHETTI. Implantação da Curricularização da Extensão em Universidades Comunitárias... **Revista Vivências** | Erechim | v. 17 | n. 34 | p. 35-54 | 2021

ZANFERARI, T. ALMEIDA, M. L. P. As metas do PNE (2001-2010 e 2014-2024) que discutem a Educação superior: (Des)continuidades e perspectivas. **Revista Educere**. p.3459-3470, 2017.